

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.449 - RS (2019/0119182-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **SELI BERGMANN**
RECORRIDO : **JURANDIR JOSE BECKER**
ADVOGADO : **DANIEL NATAL BRUNETTO - RS063345**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, em juízo de retratação, negou provimento ao recurso de apelação. Destaco a ementa do julgado (e-STJ fl. 391):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TEMA Nº 290 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. FRAUDE À EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO. ALIENAÇÃO POSTERIOR À CITAÇÃO DA REDIRECIONADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO COLEGIADA.

1. O Superior Tribunal de Justiça, interpretando o artigo 185 do Código Tributário Nacional editou o Tema 290 - "Se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude." 2. Tem-se, portanto, que a inscrição do devedor em dívida ativa faz valer a presunção de fraude à execução no que diz respeito às alienações posteriores à Lei Complementar n.º 118/2005.
3. No presente caso, verifica-se que houve a alienação do bem, pelo executada/redirecionada, na condição de proprietária imediatamente anterior, após a inscrição em dívida ativa, tendo havido a oposição de embargos de terceiro pelo adquirente.
4. Nada obstante a conclusão do negócio jurídico tenha sido posterior ao deferimento do redirecionamento em desfavor da alienante do bem, ela ocorreu antes da citação da redirecionada.
5. Considerando que não há, nos autos, quaisquer outros elementos que permitam inferir que a alienante do bem, por ocasião da conclusão do negócio jurídico, já tivesse conhecimento do redirecionamento da execução, deve ser considerada a data em que ocorreu a sua citação.
6. Nessas condições, não se verifica que o julgado contrariou a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso especial representativo do Tema n.º 290.

A FAZENDA alega em seu recurso especial (e-STJ fls. 358/367), além de omissão do acórdão dos declaratórios, com desrespeito ao art. 1.022 do CPC/2015, violação do art. 185 do CTN, ao argumento de que a alienação dos bens constritos teria ocorrido já na vigência da Lei Complementar 118/2005, "após a inscrição do débito em DAU, ao ajuizamento da execução fiscal e à citação da empresa executada, e mesmo ao redirecionamento da execução fiscal" (e-STJ fl. 359).

Acrescenta que (e-STJ fl. 365):

no tocante à especificidade ora em foco – o fato de ter havido o redirecionamento da execução fiscal ao sócio –, vale frisar que se mostra suficiente, para fins de incidência do art. 185 do CTN, que tenha ocorrido a

inscrição em dívida ativa e a citação da pessoa jurídica (devedora original), mormente porque a responsabilidade tributária do sócio é solidária desde o surgimento da obrigação tributária, nos termos do art. 124, do CTN, ou seja, preexistente, e não apenas a partir do redirecionamento do feito, ainda que o reconhecimento judicial desta responsabilidade, pela via do redirecionamento, tenha se dado a posteriori.

E na condição de devedor solidário, a totalidade de bens e rendas do devedor responde pelo pagamento da dívida, a teor do disposto no art. 591, do CPC/1973 (correspondente ao art. 789, do NCPC/2015, e no art. 30, da LEF [...]) Assim, mister reconhecer que, em casos de redirecionamento da execução fiscal, A configuração da fraude à execução, nos termos do art. 185, do CTN, não se exige a prévia determinação de redirecionamento ou a citação do sócio redirecionado, eis que, a inclusão do corresponsável no polo passivo estende a este todos os efeitos da inscrição em dívida ativa, inclusive a caracterização da fraude à execução, nos termos do art. 185, do CTN.

As Contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 373/380.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Feita essa observação, destaco que o presente recurso especial tem origem em embargos de terceiro (e-STJ fls. 3/11), que foram julgados procedentes em primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 277/281).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação (e-STJ fls. 316/322). Destaco a ementa do julgado (e-STJ fl. 322):

EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL.

Apesar da venda ter ocorrido um mês após o redirecionamento, não cabe o reconhecimento da fraude à execução, pois não havia registro algum da existência da dívida ativa com relação a pessoa física do vendedor do imóvel.

Os embargos de declaração opostos a esse acórdão foram rejeitados (e-STJ fls. 346/350).

A FAZENDA interpôs o presente recurso especial.

Em razão do Tema 290 do STJ, ao realizar o juízo de admissibilidade recursal, a Vice-presidência do Tribunal de origem remeteu os autos à Turma para o reexame previsto no art. 1.030, II, ou no art. 1.040, II, do CPC/2015 (e-STJ fl. 383).

A Turma manteve o acórdão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 393/394):

Na sessão de 07-11-2017, esta Turma negou provimento à apelação da União, mantendo a sentença que julgou procedentes os embargos de terceiro ajuizados no juízo de origem.

O Colegiado entendeu que estava demonstrada a boa fé do apelado, demonstrando a impossibilidade de conhecimento acerca da pendência da

execução fiscal, afastando a hipótese de fraude à execução.

A ementa do julgado tem a seguinte redação:

EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL.

Apesar da venda ter ocorrido um mês após o redirecionamento, não cabe o reconhecimento da fraude à execução, pois não havia registro algum da existência da dívida ativa com relação a pessoa física do vendedor do imóvel.

Pois bem.

Inicialmente, cumpre salientar que não se está diante de alienações sucessivas após a inscrição em dívida ativa.

Com efeito, no caso dos autos, observa-se a sequência dos seguintes eventos:

Os débitos da empresa executada foram inscritos em dívida ativa em 21/07/2006 e 11/12/2008.

A executada WALMI KORT foi incluída no polo passivo da execução por decisão datada de 09/05/2011 (evento 2, DECISÃO/17, da Execução Fiscal nº 5001766-32.2012.404.7114).

A citação da redirecionada ocorreu em 17-07-2011 (evento 2, MAND19, da Execução Fiscal).

O bem imóvel foi objeto de alienação mediante financiamento bancário, conforme instrumento assinado junto ao agente financeiro em 22-6- 2011 (evento 1, CONTR3, desta ação).

Tem-se, assim, que, quando da conclusão do negócio jurídico, já havia a inscrição em dívida ativa.

Nada obstante a conclusão do negócio jurídico tenha sido posterior ao deferimento do redirecionamento em desfavor da alienante do bem, ela ocorreu antes da citação da redirecionada.

Considerando que não há, nos autos, quaisquer outros elementos que permitam inferir que a alienante do bem, por ocasião da conclusão do negócio jurídico, já tivesse conhecimento do redirecionamento da execução, deve ser considerada a data em que ocorreu a sua citação.

Saliente-se, ademais, que constam do processo administrativo de financiamento habitacional firmado junto à CEF, certidões de inexistência de débitos em nome da aliente, com data anterior à decisão de redirecionamento. Nessas condições, não se verifica que o julgado contrariou a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso especial representativo do Tema nº 290.

Logo, deve ser mantido o julgamento anterior desta Turma, que negou provimento à apelação da União (Fazenda Nacional).

Ante o exposto, voto por, em juízo de retratação, negar provimento à apelação.

A FAZENDA reiterou e ratificou os termos do recurso anteriormente interposto (e-STJ fl. 401).

Pois bem.

Inicialmente, supero a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois entendo que as questões suscitadas nos presentes autos foram suficientemente enfrentadas no acórdão recorrido, razão pela qual tenho por satisfeito o requisito do prequestionamento.

No que diz respeito à questão central do recurso, o pleito não merece prosperar, uma vez que não encontra respaldo na jurisprudência desta Corte Superior.

É que, na hipótese dos autos, a citação da pessoa para qual redirecionada a execução ocorreu em momento posterior ao da alienação do bem.

Com efeito, conforme se pode depreender do acórdão recorrido, a alienação do direito ocorreu em 22/6/2011, ao passo que o redirecionamento da execução foi deferido em 9/5/2011 (citação da redirecionada em 17/7/2011 – e-STJ fl. 394), razão pela qual o julgado não diverge do entendimento desta Corte Superior.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM. SÓCIO DA DEVEDORA. FATO ANTERIOR AO REDIRECIONAMENTO. FRAUDE À EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Conforme entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, a fraude à execução se configura quando demonstrado que a alienação do bem pertencente ao sócio da empresa devedora ocorreu após o efetivo redirecionamento do processo executivo.

2. Hipótese em que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação do STJ, porquanto nele está consignado que "o débito foi inscrito em dívida ativa em 25/11/2008. O redirecionamento do feito foi requerido em 31/08/2012 e deferido em 11/10/2012. A citação editalícia da sócia restou perfectibilizada em 13/03/2013. Já a cessão dos bens de propriedade da referida sócia ocorreu em 01/08/2012, ou seja, antes mesmo do pedido de redirecionamento e, por conseguinte, da citação da sócia para figurar no pólo passivo do feito executivo. Nestas condições, em se tratando de bens pessoais da sócia e, tendo a cessão ocorrido anteriormente ao redirecionamento do feito, não há se falar em fraude à execução".

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.626.150/RS, de minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 22/10/2018).

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO POSTERIOR AOS ATOS DE ALIENAÇÃO. FRAUDE À EXECUÇÃO AFASTADA.

I - Recurso Especial interposto contra acórdão que rejeitou a configuração da fraude à execução fiscal. A execução fiscal versa sobre tributos inscritos na dívida ativa da União em 1996, com decisão de redirecionamento em 16.12.2015. Os imóveis foram alienados em 3.3.2005 e 10.5.2010.

II - Se a execução fiscal é proposta apenas contra a pessoa jurídica, o sócio-gerente apenas se torna devedor quando deferido o redirecionamento. A lógica interpretativa do art. 185 do CTN não se estende àquele que nem sequer é devedor. Assim a fraude à execução apenas se configura quando demonstrado que a alienação do bem pertencente ao sócio da empresa devedora ocorreu após o efetivo redirecionamento do pleito executivo.

III - Considerando, que "os imóveis a que se refere a Fazenda Nacional foram alienados pelos coexecutados a terceiros em 10/5/2010 e 3/3/2005, conforme extratos de fls. 364 e 371" (fl. 469), a alienação ocorreu antes da citação dos réus, decorrente do redirecionamento da execução fiscal, não sendo possível a configuração de fraude à execução.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.662.271/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 26/09/2017).

Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ (não se conhece do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida), que "não se aplica apenas aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea 'c' do art. 105, III, da CF, sendo aplicável também aos recursos fundados na alínea 'a'" (AgInt no AREsp 895.402/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 30/8/2016).

Por fim, destaco que a sentença fixou os honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa (e-STJ fl. 281). Por sua vez, o Tribunal de origem majorou "em 1%" (um por cento) o montante dos honorários advocatícios fixados anteriormente" (e-STJ fl. 320/347).

Dessa forma, há de ser aplicada nova majoração, de modo a ser fixada a verba honorária total no percentual de 12% (doze por cento) do valor da causa.

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial, e majoro a verba honorária de sucumbência, restando fixada em 12 % (doze por cento) sobre o valor da causa atualizado, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator